



ACÓRDÃO Nº 347/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11557/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Tseng Ling Yun (Ordenador de Despesa), Hisashi Toyoda (Ordenador de Despesa).
- 4- **Órgão:** Escritório de Representação do Governo em São Paulo.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4732/2018-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Escritório de Representação do Governo em São Paulo. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Regularidade com ressalvas. Quitação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Irregular a Prestação de Contas, exercício de 2015, do Escritório de Representação do Governo em São Paulo, sob a responsabilidade do **Sr. Tseng Ling Yun**, Representante e Ordenador de Despesa, no período de 01.01.2015 a 01.12.2015, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, "b" e "c", da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 11, III, "a" e art. 188, §1º, "b" e "c", do Regimento Interno do TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Tseng Ling Yun** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código



ACÓRDÃO Nº 347/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 308, VI, do Regimento Interno do TCE/AM, conforme nova redação dada pela Resolução nº 04 de 9/10/2018, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. Tseng Ling Yun** no valor de **R\$ 4.690,51** (quatro mil, seiscentos e noventa reais e cinquenta e um centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Escritório de Representação do Governo em São Paulo, em face das restrições nºs 10 e 11, objeto da Notificação nº 01/2016 – CI-DICAD-AM, fls. 104/112, conforme art. 304 do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor da pena pecuniária imposta, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.5. Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do Escritório de Representação do Governo em São Paulo, de responsabilidade do **Sr. Hisashi Toyoda** – Representante e Ordenador de Despesa, no período de 02.12.2015 a 31.12.2015, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, e art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM);
- 10.6. Determinar** a origem que:
- 10.6.1.** O Ordenador das Despesas se abstenha de conceder adiantamentos para si próprio, em atendimento ao princípio da "segregação de função";
- 10.6.2.** Atente o cumprimento da Resolução CFC nº 960/2003, art. 20, §2º;



ACÓRDÃO Nº 347/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.6.3. Atente para o cumprimento do decreto 16.396/94, em especial ao art. 9;

10.6.4. Observe o disposto no art. 13, §1 e 2§ da Lei nº 8.429/92 e art. 289, § 1º e 2º, da Resolução nº 04/2002 – TCE.

10.7. Dar quitação ao Sr. Hisashi Toyoda, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

11- Ata: 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Maio de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral